

J

A

M

B

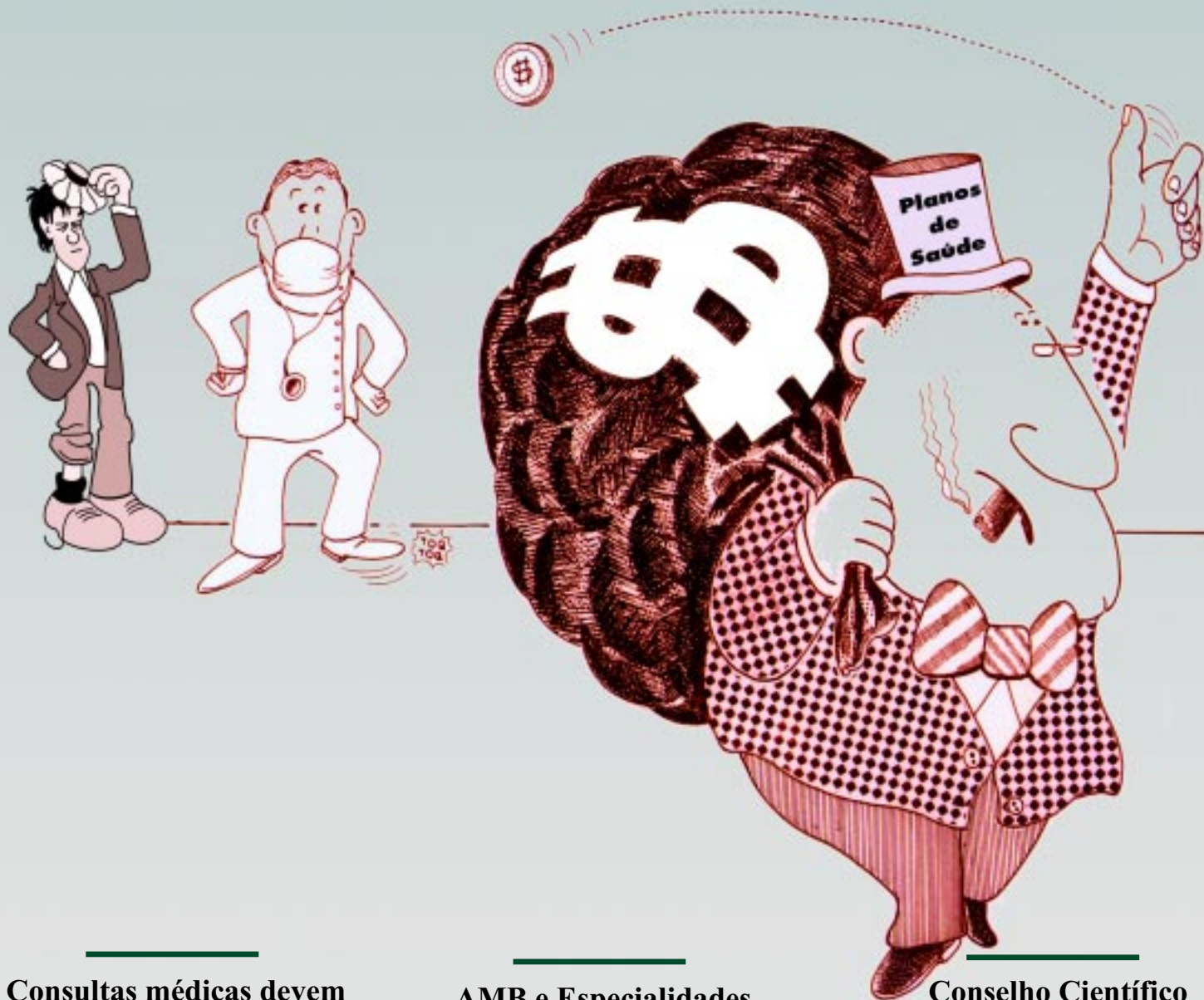
JORNAL DA
ASSOCIAÇÃO
MÉDICA
BRASILEIRA



Eleuses Vieira de Paiva
Presidente

PLANOS DE SAÚDE

**O paciente paga muito,
o médico recebe pouco.
Com quem fica esse dinheiro?**



**Consultas médicas devem
sofrer reajuste de 20%.
Resolução da ANS
concede também
aumento de 9,39%
aos planos de saúde**

Página 7

**AMB e Especialidades
iniciam nova fase na
elaboração de Diretrizes
para Condutas Médicas.
Mais 60 Diretrizes estão
sendo preparadas**

Página 9

**Conselho Científico
finaliza discussões sobre
proposta de projeto
de lei para o exercício
das Especialidades
médicas no País**

Página 12

**CONGRESSO DE POLÍTICA MÉDICA AMB/APM
DIAS 13, 14 E 15 DE JUNHO**

Página 11

EDITORIAL

CARTAS

No limite da (in) tolerância

No mês de maio, médicos de todo o Brasil participaram do “Dia Nacional de Mobilização Contra os Piores Planos de Saúde”. Tratou-se de um movimento de caráter ético, profissional e social, para alertar a sociedade e as autoridades governamentais sobre os abusos cometidos por certas operadoras da saúde privada contra médicos e pacientes.

A Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina, a Federação Nacional dos Médicos, a Confederação Médica Brasileira, Sindicatos dos Médicos, Conselhos Regionais, Federadas da AMB, Sociedades de Especialidade, enfim, a unanimidade das entidades representativas dos médicos, chegaram ao limite da tolerância, entendendo que é inaceitável as operadoras continuarem priorizando a busca do lucro fácil em detrimento à saúde da população.

A lei 9656/98 regulamentou a relação operadoras/usuários, mas não foi vigorosa o suficiente para evitar autênticos atentados à ética médica. Desde a sua aprovação, empresas de saúde privada passaram a interferir truculentamente no exercício da medicina e na autonomia do médico, impondo a diminuição do tempo de internação, desrespeitando o período pré-operatório, insistindo nas restrições para doenças preexistentes e interferindo em atos diagnósticos e terapêuticos, mediante a aquiescência de médicos-auditores.

A falta de uma regulamentação específica, normatizando a relação entre operadoras e médicos gera ainda outros problemas. Entre eles, as glosas, a redução do valor dos honorários, prática adotada desde 1998, e o excesso de burocracia na prestação de serviços, que afeta tanto o profissional da medicina quanto os pacientes.

Nossas entidades médicas já realizaram algumas campanhas com o intuito de mostrar as vísceras da saúde privada no Brasil. No entanto, nem o apoio da mídia e da opinião pública foram suficientes para aplacar a ganância de certos planos. Ainda hoje, temos seguidas provas de que a visão mercantilista dessas empresas sempre se sobrepõe aos interesses de uma saúde universal e de qualidade. Recentemente, por ocasião do

aumento dos casos de dengue, representantes das operadoras pleitearam reajuste nos planos para atender o crescente número de exames em função da epidemia. Semanas depois apresentaram a proposta indecorosa de acabar com a cobertura integral prevista na lei 9656/98, sugerindo a criação de planos que só atendam a alguns casos de doença. Houve ainda quem defendesse o não ressarcimento ao Sistema Único de Saúde nos casos de tratamento de alta complexidade dispensado por hospitais públicos a quem paga plano de saúde.

Essas empresas não se queixam, por exemplo, e jamais se queixarão, daquela parcela que contribui desde os primeiros dias de vida até 20 ou 30 anos sem praticamente utilizar os serviços. No entanto, penalizam os idosos e criam todos os tipos de empecilhos aos que eventualmente necessitam de tratamento de saúde. Esse comportamento deplorável faz das operadoras de planos recordistas de reclamações tanto no Idec quanto no Procon. O agravante neste caso é que elas tratam com vidas humanas e seus abusos podem levar à morte.

No movimento deflagrado no dia 8 de maio, durante o “Dia Nacional de Mobilização Contra os Piores Planos de Saúde”, discutimos todas essas questões com nossos pacientes. Estamos dispostos a levar esse movimento em frente para resguardar os pacientes e o livre exercício da medicina. Inclusive, já colocamos em andamento uma pesquisa que revelará os piores planos em cada um dos Estados brasileiros. E, em uma etapa futura, vamos apresentar uma série de propostas concretas para que os abusos de operadoras de planos sejam coibidos.

A saúde privada brasileira precisa urgentemente alterar seu foco. Um atendimento acessível e de qualidade a todos os usuários dos planos é uma exigência dos médicos e de toda a sociedade. Contamos com a sensibilidade das autoridades para promover as intervenções necessárias no setor, garantindo assim o sagrado direito à saúde dos quase 40 milhões de brasileiros usuários de planos de saúde.

Eleuses Vieira de Paiva
Presidente da AMB

Ramb

A nova revista da Associação Médica Brasileira foi feita a primor. O esmero está na capa, nas seções apresentadas, agradando tanto o especialista como o generalista pela escolha dos temas e pela diagramação. De parabéns o conselho editorial e o Dr. Eleuses Vieira de Paiva por mais esta iniciativa.

Joaquim Paiva Martins
João Pessoa - PB

Escolas Médicas

A notícia veiculada no exemplar de nov./dez. do JAMB, a respeito do projeto de lei que regulamenta a abertura de novas escolas médicas, é bastante auspiciosa à nossa classe e sem dúvida à sociedade em geral. O próximo passo, ao nosso ver, seria uma rigorosa avaliação das 108 escolas existentes com fechamento daquelas que não apresentassem condições mínimas. Tal procedimento, realizado no Estados Unidos (relatório Flexner), trouxe melhora na qualidade do médico formado naquele país.

Parabenizo o presidente da AMB, Dr. Eleuses Vieira de Paiva e o Dr. Edson de Oliveira Andrade, presidente do CFM, por seus posicionamentos intransigentes em defesa da medicina brasileira. São atitudes como essas que correspondem à expectativa que temos das nossas lideranças.

João Carlos Ferreira Braga
Marília - SP

Medalha Prof. Jairo Ramos

Desejo, em meu nome pessoal e na condição de Governador do Estado, cumprimentar a Associação Médica Brasileira pela honra que concedem a Santa Catarina, concedendo ao Dr. Murillo Ronald Capella a Medalha de Mérito Médico “Professor Jairo Ramos”.

Creia, a homenagem dessa associação premia um cidadão exemplar, um médico capaz e humanitário, um membro da Sociedade Catarinense que inclusive tem se destacado na difícil arte de fazer política, exercendo atualmente o honroso cargo de vice-prefeito no município de Florianópolis.

Esperidião Amin
Governador do Estado
Santa Catarina - SC

Título de Especialista

No JAMB nº 1316, ano 42, nov./dez. 2001, pág. 5, no artigo “Novas propostas para Título de Especialista”, onde consta que o Ministério da Saúde fez promessa de exigir a revalidação do título de especialista, devem os órgãos competentes solicitar sim, antes da revalidação, é óbvio, o Título de Especialista, pois têm muitos profissionais credenciados por esse Ministério da Saúde sem o referido título, assim como a Unimed (que divulga para seus associados os nomes dos profissionais como “especialistas” sem que tenham capacitação para tal). Isso acontece não só em minha cidade como em todo o Brasil, simplesmente porque os órgãos responsáveis não fiscalizam, esperam pela denúncia, o que nunca ocorre. Existem, inclusive, colegas sem título hoje em cargos de chefia de entidades assistenciais, exigindo de outros colegas o título para credenciamento. Então, nada contra a revalidação, aliás muito válida, mas antes, vamos possuir o título. Atualmente, tenho um filho fazendo residência médica para melhorar sua qualificação e conquistar um título de especialista, para depois competir em condições, afóra a qualificação, de igualdade com outros “especialistas”.

Em resumo: primeiro vamos tê-lo, exigilo; depois, revalidá-lo. Só assim o valorizaremos e também aos que os possuem.

Ciro Renato Almeida Melo
Santana do Livramento - RS



DIRETORIA

PRESIDENTE

Eleuses Vieira de Paiva

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Lincoln Marcelo Silveira Freire

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Ronaldo da Rocha Loures Bueno

VICE-PRESIDENTES

Ronaldo da Rocha Loures Bueno, Remaço Fischer Junior, Rui Haddad, Lincoln Marcelo Silveira Freire, Neri João Bottin, Samir Dahas Bittar, Jadelson Pinheiro de Andrade, Flavio Link Pabst, Lineu Ferreira Jucá, José Luiz Amorim de Carvalho.

SECRETÁRIO-GERAL

Aldemir Humberto Soares

1º SECRETÁRIO

Amilcar Martins Giron

1º TESOUREIRO

Edmund Chada Baracat

2º TESOUREIRO:

José Alexandre de Souza Sittart

DIRETORES:

Cultural - Severino Dantas Filho; **Relações Internacionais** - David Miguel Cardoso Filho; **Científico** - Fabio Biscegli Jatene; **Defesa Profissional** - Eduardo da Silva Vaz; **DAP** - Martinho Alexandre R.A. da Silva; **Economia Médica** - Lúcio Antonio Prado Dias; **Marketing** - Paulo Roberto Davim; **Saúde Pública** - Mauro Chrysóstomo Ferreira; **Atendimento ao Associado** - Ricardo de Oliveira Bessa; **Proteção ao Paciente** - Elias F. Miziara; **Acadêmico** - Jurandir M.R. Filho; **Jamb** - Horácio José Ramalho.

CIRCULAÇÃO: JUNHO/2002

JAMB

DIRETOR RESPONSÁVEL
Horácio José Ramalho

EDITOR EXECUTIVO
César Teixeira (Mtb 12.315)

COLABORAÇÃO E REVISÃO
Luciana Leitão

CAPA
Adaptação de Yendis/92

DIAGRAMAÇÃO, EDITORAÇÃO E ARTE
Sollo Comunicação

PUBLICIDADE
Américo Moreira Publicações

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Fone (11) 3266-6800

TIRAGEM: 60.000 exemplares

PERIODICIDADE: Bimestral

FOTOLITO: BUREAU OESP

IMPRESSÃO: Cia Lithográfica Ypiranga

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua São Carlos do Pinhal, 324
01333-903 - São Paulo - SP
Fone (11) 3266-6800
Fax (11) 3266-9412
E-Mail: jamb@amb.org.br

ASSINATURA

Fone (11) 3266-6800, ramal 137
Anual R\$ 36,00; avulso R\$ 3,00.

As colaborações assinadas expressam unicamente a opinião de seus autores, não coincidindo necessariamente com as posições da AMB.

CFM empossa Diretoria



Edson Andrade: discurso enaltecendo a união das entidades médicas nacionais

Tomaram posse, no dia 10 de abril, os membros da Diretoria do CFM, reeleitos por unanimidade durante sessão plenária realizada no dia 6 de fevereiro, em Brasília. Durante o discurso de posse, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade, ressaltou a disposição desta gestão de manter os canais de diálogo abertos com todas as entidades médicas: “hoje, toma posse uma nova diretoria do CFM. Nova em disposição. Nova no desejo de trabalhar, mas experiente graças ao exercício adquirido no mandato anterior. E, principalmente, grata a seus pares, conselheiros, pela confiança unânime que resultou em nossa recondução”.

A solenidade de posse da diretoria foi realizada no auditório do CFM, em Brasília, com a presença de presidentes e diretores da AMB,

Fenam, CMB, do Conselho Nacional de Saúde, das Sociedades de Especialidade, da diretoria dos CRM's e de outras entidades ligadas ao setor.

Ao discursar, Edson de Oliveira Andrade destacou a importância das entidades médicas estarem unidas em torno das mesmas causas e agradeceu o apoio recebido pela sua gestão, que sai fortalecida pois “tenho ao meu lado o presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Eleuses Vieira de Paiva, o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Dr. Heder Murari Borba, e o presidente da Confederação Médica Brasileira, Dr. José Erivalder Oliveira”. O presidente do CFM relembrou momentos decisivos em que a união da classe médica saiu vitoriosa, e citou como exemplo a luta contra a MP dos Planos de Saúde e a ação de inconstitucionalidade movida em favor da PEC da Saúde.



Solenidade de posse da Diretoria do CFM, da esq. para dir.: José Erivalder Guimarães, Eleuses Paiva, Edson Andrade, Gilberto Kassab, Heder Murari Borba e Vera Lúcia Bezerra

Ações que marcaram a gestão

A diretoria, reempossada neste ano, assumiu sua primeira gestão em 13 de outubro de 1999, concluindo seus trabalhos em 10 de abril de 2002. A seguir, uma retrospectiva das ações de maior destaque realizadas durante este período:

- edição de 35 resoluções normativas;
- nova organização administrativa dos Conselhos de Medicina, em um trabalho coordenado pelo conselheiro Rubens dos Santos Silva, com a ajuda de diversos representantes dos Regionais;
- intensificação dos trabalhos de fiscalização dos conselhos, tendo por base um trabalho nascido no cerne dos próprios Conselhos Regionais, sob a coordenação do conselheiro Gerson Zafalon;
- regulamentação do sistema de auditoria médica, trabalho que foi coordenado pelo conselheiro Wirlande da Luz, e que teve também a contribuição de conselheiros dos Regionais;
- normatização do atendimento psiquiátrico buscando aliar o desenvolvimento científico à necessária ação humanística do médico. Trabalho realizado com a participação de conselheiros psiquiatras, entre eles Genário Barbosa, Marisa Fratari, Rubens Santos, Luis Salvador e Emanuel Fortes - presidente do CRM-AL;
- agilização das atividades judicantes, com atualização das normas processuais, trabalho desenvolvido pelo conselheiro corregedor, Roberto D'Avila;
- organização da produção doutrinária do CFM e dos pareceres que orientam os médicos em seu dia-a-dia, comandado pela vice-presidente Livia Barros Garçon;
- definição do perfil ético da cirurgia plástica por meio da Resolução CFM 1.621, além de ter regulamentado o cultivo de pele através da Resolução CFM 1.623 - trabalhos coordenados pelos conselheiros Antônio Pinheiro e Ricardo Batista;
- normatização do atestado de óbito, que contou com o empenho do conselheiro Dardeg de Souza Aleixo e dos demais colegas da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, que nos legaram a Resolução CFM 1.601;
- o investimento na educação médica continuada foi constante preocupação, não menor foi a disposição de trabalhar por uma graduação médica competente;
- publicação da resolução do Ato Médico, fruto do amadurecimento de uma profissão que sabe de sua importância social e, principalmente, de seu compromisso com a humanidade, destacando-se a enorme colaboração do 1º secretário Luiz Salvador Miranda Sá Júnior.

Composição da diretoria do CFM

- Presidente: Edson de Oliveira Andrade
 1º Vice-presidente: Livia Barros Garçon
 2º Vice-presidente: Marco Antônio Becker
 3º Vice-presidente: Abdon José Murad Neto
 Secretário-geral: Rubens dos Santos Silva
 1º Secretário: Luiz Salvador De Miranda Sá Júnior
 2º Secretário: Francisco das Chagas Dias Monteiro
 1º Tesoureiro: Genário Alves Barbosa
 2º Tesoureira: Marisa Fratari Tavares De Souza
 Corregedor: Roberto Luiz D'Avila

Projetos futuros

O novo mandato desta diretoria se estende até outubro de 2004. Conheça alguns projetos para esta gestão:

- aprovação no Congresso Nacional da nova lei da profissão médica. A sociedade está a exigir uma nova norma mais adequada aos nossos dias. A definição de nossas competências é mais do interesse da sociedade que dos próprios médicos. A segurança de um exercício profissional médico competente é desejo de todos;
- ligado ao projeto anterior, é a nossa luta contra a abertura desenfreada e irresponsavelmente descontrolada de novas escolas médicas. Se algo não for feito, em breve o Brasil pagará muito caro por esta política irresponsável. A educação não pode ser encarada como bem de comércio.

DOCTOR SÓCIO DA AMB É A NOSSA PRIORIDADE. PORTANTO, NÃO DEIXE DE COMUNICAR QUALQUER ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO PARA CONTINUAR RECEBENDO NOSSAS PUBLICAÇÕES

Clínica David Erlich
 FUNDADA EM 1972
 ONCOLOGIA / QUIMIOTERAPIA
 Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 270 - VI. Mariana
 São Paulo - Brasil - Cep: 04014-000 - Fone (11) 5579-4256/5579-4403/5571-9572
 Fax (11) 5575-8523 - E-mail: erlich@uol.com.br
 Diretor Clínico: Dr. David Erlich (CRM 9193)
 M. do Conselho Consultivo Internacional da The Chemotherapy Foundation, Inc. New York, USA
 Consultor Científico: Prof. Rodrigo Erlich, MD
 Chefe do Serviço de Oncologia Clínica do Bayview Campus
 Johns Hopkins University, Baltimore, MD, USA

INSTITUTO DE PATOLOGIA E CITOLOGIA "PROF. DR. VICTÓRIO VALERI"
 Prof. Dr. Vítorio Valeri Prof. Dr. Fábio V. Valeri Dr. Fátima W. Basso Dr. Helton Harari
 CRM 1381 CRM 1335 CRM 1387 CRM 1384
 ANATOMIA PATOLÓGICA - PUNÇÃO BIÓPSIA ASPIRATIVA - CITIENSA ESQUINTIVA - CITOQUÍMICA - PNEUMÓCISIA
 MARCADORES TUMORAIS - RECEPTORES HORMONIAIS - CITOQUIMETRIA
 PLACIDA DO DNA - HEREDIZAÇÃO PARA HIV - CAPTURA HEREDA BACTERIANA E VIRAL
 ULTRA-SONOGRAFIA CONVENCIONAL E ESPECIALIZADA - ESTEREOTAXIA
 ANÁLISES CLÍNICAS COM SUPERVISÃO MÉDICA
 COLHEITA DE CÉLULAS E EMPREGADAS COM HORA MARCADA (GRÁFICO)
 HEMATOLOGIA - BIOQUÍMICA - IMUNOLOGIA - MICROBIOLOGIA - FERTILIDADE
 ENDOCRINOLOGIA - TOXICOLOGIA BIOLÓGICA MOLECULAR - PATOLOGIA OCUPACIONAL
 PARASITOLOGIA - URINA - LÍQUOR - GENÉTICA - ACONSELHAMENTO - TESTE DE PATERNIDADE
 RECEPÇÃO FEMININA RECEPÇÃO MASCULINA COLETA INFANTIL CRIANÇAS AUTOMATIZADAS ULTRA-SOM TRIDIMENSIONAL
 PLANTÃO 24H: UNIDADE DE URGÊNCIA 24H - FONE: (11) 5571-1347 - FAX: (11) 5571-1347 - CEP: 04014-000
 PLANTÃO 24H: UNIDADE DE URGÊNCIA 24H - FONE: (11) 5571-1347 - FAX: (11) 5571-1347 - CEP: 04014-000
 ENDEREÇO: R. D. P. S. E. P. A. S. E. 188/190 - JARDIM SÃO LUCAS - R. BRASILEIRO DE CAMARGOS, 1426 - FONE: (11) 5571-1347
 INTERNET: H O P E P A S E 188/190/www.amb.com.br - E M A I L: valeri@amb.com.br

Contribuição ao ensino médico

AMB realiza fóruns regionais abordando o tema “Escolas Médicas: necessidade ou oportunismo?”

Dando seqüência a uma antiga luta das entidades médicas, que arrasta-se desde a década de 60, e ao cumprimento de ações definidas no planejamento estratégico AMB/CFM, a abertura de novas escolas médicas foi o tema de cinco fóruns regionais realizados no mês de abril sob a coordenação da Associação Médica Brasileira.

Os fóruns foram realizados pelas Federadas da AMB nas cidades de Curitiba (17/4), Belo Horizonte (20/4), Belém (22/4), Brasília (24/4), Salvador (26/4) e obedeceram a um programa preestabelecido, aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade, constando de três temas básicos: 1) Fatores condicionantes à abertura de novas escolas de medicina (Aspectos políticos, institucionais e de mercado de trabalho); 2) Aspectos jurídicos (Definição de competências da União e dos Estados para legislar sobre a questão; legitimidade da intervenção das entidades médicas no processo); 3) Estratégias de ações político-institucionais para criar ou mudar a lei (definição de requisitos mínimos para a criação, autorização de funcionamento e reconhecimento de novos cursos de graduação em medicina; estabelecimento de normas de acompanhamento e avaliação dos cursos existentes). Um último fórum nacional será realizado em São Paulo, no dia 15 de junho, quando se espera



Foto: Lenício Siqueira

Fórum realizado pela AMB, dia 20 de abril, em Belo Horizonte: participação ativa da área médica reunindo os segmentos associativo, sindical e conselheiral

reunir num documento final todas as propostas apresentadas durante as discussões regionais.

“Com isso, pretendemos elencar propostas concretas e coerentes com o objetivo de criar dispositivos legais para disciplinar a abertura de novas escolas médicas”, explica

Ronaldo da Rocha Loures Bueno, vice-presidente da Associação

Médica Brasileira, região Centro-Sul, e responsável pela coordenação dos fóruns.

As propostas serão encaminhadas ao deputado federal Rafael Guerra, relator do projeto de lei já em trâmite no Congresso Nacional que regulamenta a abertura de novas escolas na área da

saúde. O projeto, de autoria das entidades médicas nacionais, foi

entregue aos parlamentares durante um café da manhã, realizado em novembro do ano passado, na sede do Conselho Federal de Medicina, em Brasília.

O projeto apresentado altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e condiciona que a criação de cursos de graduação na área da saúde por Universidades e demais instituições de ensino superior deve ser submetida em caráter terminativo à manifestação do Conselho Nacional de Saúde - CNS. Atualmente, o parecer do CNS para a abertura de novos cursos é meramente consultivo.

Os parlamentares foram bastante receptivos à proposta das entidades nacionais, mostrando-se também preocupados com o crescente número principalmente de escolas médicas no País. Atualmente, o País contabiliza 108 escolas de medicina, sendo que outras 14 aguardam autorização para funcionamento. Juntas, elas formam cerca de 11 mil novos profissionais por ano, sendo que, por absoluta falta de vagas, apenas 75% deles terão acesso à Residência Médica.

“Hoje, muitas faculdades de medicina apresentam condições precárias para funcionamento, e desta maneira formam profissionais mal preparados. Nossa preocupação inicial, no entanto, é disciplinar a abertura de novas escolas, apresentando requisitos mínimos para funcionamento. Numa segunda etapa, pretendemos avaliar as que se encontram em atividade, checando e orientando para que sigam os critérios mínimos estabelecidos para a perfeita formação de um profissional na área de saúde”, acrescenta Ronaldo Loures.

As entidades médicas pretendem também, através de suas Federadas, CRMs e Sindicatos estaduais, apresentar o mesmo projeto à esfera estadual. “Desta forma, garantiríamos o mesmo padrão de curso, tanto para a escola médica subordinada ao âmbito Federal como Estadual”, finaliza Loures.

**AMB PRETENDE
CONDENSAR EM
DOCUMENTO ÚNICO
AS PROPOSTAS
APRESENTADAS
DURANTE AS
DISCUSSÕES DOS
FÓRUNS REGIONAIS**

SÃO CAMILO

Minas contesta curso de medicina

Associação Médica de Minas Gerais, Conselho Regional e Sindicato dos Médicos entram na justiça contra a abertura de curso de medicina na cidade de Caratinga

Foto: César Tropia



Coletiva de imprensa em Belo Horizonte: AMMG, Conselho Regional e Sindicato dos Médicos posicionam-se contra a abertura do curso de medicina de Caratinga

A Associação Médica de Minas Gerais, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais ingressaram na Justiça com um mandado de segurança contra o decreto do governador Itamar Franco que autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina de Caratinga. As entidades também pedem que seja

concedida liminar, suspendendo todos os atos para a implantação do curso até que o mérito do mandado seja julgado.

No entendimento das entidades, o decreto contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Segundo essa lei, as instituições de ensino superior privadas fazem parte do sistema federal de ensino, e a abertura de cursos nessas escolas deve ser au-

torizada pelo Conselho Nacional de Educação. No caso de cursos médicos, também é necessário o parecer do Conselho Nacional de Saúde.

A Fundação Educacional de Caratinga, mantenedora da nova faculdade, é uma instituição de direito privado. Dessa forma, a criação do curso de Medicina não poderia ser autorizada pelo decreto do governador, assinado

em 20 de dezembro passado e publicado no “*Minas Gerais*” no dia seguinte. O mandado de segurança impetrado pelas entidades será analisado na Corte Superior de Justiça, órgão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. As entidades médicas são representadas pelo professor Paulo Neves de Carvalho, um dos juristas mais respeitados do Estado. A argumentação se baseia, ainda, no parecer elaborado pelo constitucionalista Raul Machado Horta, também professor da Faculdade de Direito da UFMG.

A aprovação para o funcionamento do curso em questão é um ato inconstitucional, segundo parecer do constitucionalista Raul Machado Horta, advogado consultado pelas entidades médicas de Minas Gerais. “Os atos administrativos de criação, funcionamento e reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento de Instituições Superiores de Ensino, examinados no parecer, padecem

de vícios da inconstitucionalidade e da ilegalidade”, afirma em seu relatório.

Segundo José Guerra Lages, presidente da Associação Médica de Minas Gerais, as entidades denunciaram o fato ao Ministério da Educação e à Procuradoria-Geral da República, e ainda se reuniram com representantes do Ministério Público Estadual pedindo providências para barrar a proliferação de qualquer curso na área médica com fins claramente mercantilistas.

“Contratamos um advogado com notoriedade em direito administrativo com o objetivo de tornar sem efeito um ato ilegal do Estado”, explicou Guerra. “Pretendemos inviabilizar o funcionamento desta faculdade que não apresenta infra-estrutura adequada para administrar e oferecer um curso de Medicina”, completou.

O Ministério da Educação já se posicionou sobre a falha na lei mineira e recorreu ao Supremo Tribunal Federal por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). O Conselho Federal de Medicina, por sua vez, já se comprometeu com as lideranças de Minas a intervir na questão. A expectativa das entidades mineiras é conseguir uma audiência com o relator do processo, ministro Moreira Alves.

H. PARDINI

Mobilização contra os piores planos

Movimento nacional alerta a sociedade e fará ranking dos piores planos de saúde

A relação entre médicos e operadoras de planos e seguro-saúde atingiu um patamar insustentável. Redução de honorários, recusa e glosa de pagamentos e procedimentos diagnósticos/terapêuticos, burocracia para a prestação de serviços, interferência na autonomia do profissional são algumas condições de trabalho que vêm sendo impostas pelas operadoras aos médicos.

Em consequência, a relação médico-paciente também está sendo deteriorada: algumas empresas estão exigindo a diminuição do tempo de internação, desrespeitando o período pré-operatório, interferindo em atos diagnósticos e terapêuticos e impondo sérias restrições para doenças preexistentes.

O “Dia Nacional de Mobilização contra os piores planos de saúde”, realizado no dia 8 de maio, foi a forma da categoria expor essa situação a seus pacientes, e a toda a sociedade, para alertá-los sobre os abusos cometidos por certas operadoras. O movimento, que contou com a participação das principais entidades médicas nacionais – Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Confederação Médica Brasileira, além de todas as Sociedades de Especialidade - aconteceu nacionalmente, em todas as capitais do país, com apoio das Federadas da AMB, Conselhos Regionais e Sindicatos dos Médicos. Nesse dia, por um determinado período de tempo, os médicos se dedicaram a conversar com os pacientes sobre a realidade de seus respectivos planos de saúde.

“Esperamos que esse movimento marque uma mudança radical nas condições do exercício profissional e no atendimento aos milhões de usuários de planos de saúde privados”, afirmou o presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, durante a entrevista coletiva realizada na sede da entidade para explicar a mobilização. “Há limites para o atendimento médico de qualidade. E, para nós, esse limite é

puramente ético. Não podemos aceitar que essas imposições com interesses basicamente econômicos interfiram na autonomia médica, prejudicando a qualidade da assistência”, completou.

Ainda como parte do movimento, as entidades médicas nacionais encomendaram uma pesquisa nacional, que será desenvolvida pelo DataFolha junto aos médicos, com o objetivo de apresentar o ranking oficial dos piores convênios em cada Estado brasileiro. Todos os 260 mil médicos em atividade no país já foram informados sobre a pesquisa que abordará, entre outros aspectos, remuneração, restrições, burocracia (ver quadro abaixo).

“Precisamos deixar bem claro que os planos de saúde que remuneram mal os médicos, que descredenciam quem pede os exames necessários ou cerceiam o trabalho dos médicos, são um perigo para a saúde da população, que já paga muito caro para sofrer com o mal atendimento provocado por esses planos”, declara Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina.

Numa segunda fase da mobilização, as entidades médicas estarão apresentando os resultados da pesquisa elaborada pelo DataFolha, além de promover ações de mobilização em todas as capitais nacionais, através de um abaixo-assinado reivindicando alterações na lei que regulamenta os planos de saúde (Lei nº 9656/98), e também ampla atuação junto aos parlamentares, no Congresso Nacional.

“Esse movimento é de fundamental importância e trará subsídios importantes para alicerçar essa antiga luta das entidades médicas pela regulamentação da lei dos planos e seguro-saúde”, afirmou Regina Parizi, representante do Cremesp, na coletiva. “É essencial que a população tenha conhecimento dos aspectos que estão dificultando o relacionamento médico-paciente em decorrência das atitudes que estão sendo adotadas por algumas operadoras de saúde”, completou José Luiz Gomes do Amaral, presidente da Associação Paulista de Medicina. Sobre o movimento,



Entidades médicas reunidas: mobilização contra os limites dos convênios

Gabriel David Hushi, presidente em exercício do Cremesp, declarou: “Vivemos especial momento de mobilização, pois a situação dos médicos credenciados a planos de saúde ultrapassou o limite do suportável. O esforço conjunto das entidades médicas começa a dar resultados: conquistamos um possível reajuste de 20% dos honorários; divulgaremos em breve a lista do piores planos; e, ao lado das entidades de usuários e consumidores, estaremos promovendo ato público, quando a lei dos planos completa 4 anos”.

O presidente da Confederação Médica Brasileira, José Erivalder Guimarães apresentou uma série de documentos comprovando irregula-

ridades praticadas por determinadas empresas de saúde e destacou a exigência da transformação em pessoa jurídica de seus profissionais credenciados. “Ao mesmo tempo em que nos imputam redução de honorários, exigem, sob pena de descredenciamento, a criação da pessoa jurídica, encarecendo ainda mais os custos de um consultório”, reclamou. Para o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Heder Murari Borba, o resultado da pesquisa será esclarecedor para a população. “Iremos saber quem realmente são os vilões nesta história e quais planos estão efetivamente oferecendo assistência de qualidade à população”, declarou.

A idéia da realização da mobilização partiu da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (Sbot), apresentada ao Conselho Científico da AMB, no final do mês de março, pelo Diretor de Defesa Profissional, George Bittar.

“A preocupação da Sbot ao sugerir essa mobilização foi a constatação do cerceamento ao livre exercício da profissão, provocado pela conduta de algumas operadoras de saúde. Ficamos felizes que esse movimento tenha conquistado abrangência nacional e também com a mobilização em torno da questão por parte de todos os segmentos da área médica”, disse o presidente da Sbot, Gilberto Luís Camanho, ao final da coletiva.

Disque ANS – 0800 701 9656

O Disque ANS é um canal de comunicação criado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para receber denúncias dos usuários em relação a planos e seguro-saúde. Divulgue o telefone acima para os seus pacientes.

Mobilização Nacional

- Início em 8 de maio com coletivas à imprensa em todos os estados e conversa dos médicos com pacientes sobre seus planos de saúde.
- Em 4 de junho, ato público de protesto contra as atitudes abusivas dos planos.
- Em 15 de junho, divulgação da pesquisa sobre os piores planos.
- Em junho, realização de abaixo-assinado para a mobilização no Congresso Nacional.

Aspectos da pesquisa

Remuneração: empresas que pagam os piores honorários, atrasam pagamento, reduzem valores e que glosam procedimentos diagnósticos/terapêuticos.

Restrições: aquelas que oferecem mais dificuldades para liberação de exames; reduzem o tempo de internação e impõem limitações, interferindo na autonomia do médico em relação a determinado tratamento.

Burocracia: planos que exigem troca de guia de autorização, solicitam relatórios detalhados para autorização de procedimentos e determinam locais de realização de exames, dificultando tanto para médicos como pacientes a prestação do serviço.

Descredenciamento: empresas que, de forma unilateral e sem critérios preestabelecidos, descredenciam médicos e hospitais, prejudicando a relação médico-paciente.

SAPATO BRANCO
Caltech
 DIRETO DA FÁBRICA
 (SEM INTERMEDIÁRIOS)

Mais informações, catálogo completo e sapatos em outras cores consulte-nos:
 Fábrica: Rua Vital Brasil, 1593/14 401-216 / Franca-SP
LIGUE GRÁTIS 0800 341015
www.franccaltec.com.br

Reajuste de 20% para as consultas médicas

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), publicada no Diário Oficial da União, no final de maio, além de regulamentar o índice de 9,39% para reajuste dos planos e seguros-saúde, traz uma boa notícia para os médicos: deste percentual, 1,7% foi repassado às operadoras com a obrigatoriedade de concederem 20% de aumento no valor das consultas, como forma de recomposição dos honorários médicos.

Segundo a RDC, as operadoras de saúde deverão assinar um Termo de Responsabilidade, comprometendo-se a repassar esse percentual aos médicos, além de informar em comunicado oficial à AMB e ao Conselho Federal de Medicina o valor do repasse efetuado. As empresas que não concederem esse aumento de 20% serão obrigadas pela ANS a efetuar um desconto nas mensalidades dos seus associados, devolvendo o valor cobrado e não repassado aos médicos. Além disso, poderão ser multadas em até R\$ 50 mil. A ANS colocará à disposição dos médicos um link especial em seu site (www.ans.gov.br), no qual os profissionais poderão denunciar as empresas que desrespeitaram a RDC e também apresentar quaisquer tipos de dificuldades impostas pelas operadoras para aplicação do índice de reajuste determinado.

Além do reajuste, a ANS instituiu também a criação de três novas Câmaras Técnicas. A **Câmara de Contratualização**, que

será responsável pela regulamentação entre médicos e operadoras, abrangendo desde contratos com usuários, autonomia médica até a discussão de honorários, contemplando assim uma antiga reivindicação da AMB e do CFM. Já a **Câmara de Assuntos Médicos** terá como objetivo principal a discussão de assuntos como rol de procedimentos, hierarquização, doenças preexistentes, alta complexidade, entre outros. Essas duas Câmaras terão prazo de 60 dias para normatizar essas questões específicas, que posteriormente deverão ser regulamentadas. Por último, a **Câmara Permanente**, composta de forma paritária entre representantes da área médica, defesa do consumidor e operadoras de planos e seguros-saúde. Sua meta é encontrar um ponto de equilíbrio na tumultuada relação entre as operadoras, médicos e usuários. No quadro à direita, as principais reivindicações das entidades médicas a serem discutidas nestas Câmaras Técnicas.

“Entendemos que essa resolução foi uma das mais sensatas, desde a criação da ANS, há pouco mais de dois anos. Antigas propostas da classe médica e de órgãos de defesa do consumidor foram contempladas, garantindo, a partir destas deliberações, maior poder e representatividade para futuras reivindicações. Temos certeza de que essas conquistas são frutos da nossa mobilização e principalmente da unidade existente hoje na classe

médica”, afirmou o presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva.

Sem reajuste há mais de sete anos, a decisão da ANS acabou por atender em parte uma antiga reivindicação das principais entidades nacionais. “Apesar do reajuste ainda ser pequeno, considero esta conquista um fato histórico, pois há sete anos as operadoras não repassavam nada para os médicos, e os lucros iam apenas para os cofres das operadoras. Pelo visto, foi reconhecido a necessidade de que não pode haver equilíbrio entre médicos e prestadoras de serviço já que os profissionais estavam sendo espoliados. Este índice não recompõe as perdas desses anos, mas com certeza é um fato positivo”, afirmou o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade. “A ANS está apenas tentando corrigir uma injustiça que vem ocorrendo no sistema de saúde privado. A ANS concedia aumento às operadoras, porém os serviços médicos não eram reajustados. Esta é uma vitória parcial, pois o valor repassado é relativo apenas à consulta médica, e por isso entendo que ainda não seja o suficiente. Porém, devemos ressaltar nesse movimento a mobilização das entidades médicas e o apoio da população, que denunciou os abusos cometidos pelas empresas de planos de saúde aos órgãos de defesa do consumidor e organizações não governamentais”, completou Regina Parizi, representante do Conselho Federal de Medicina na ANS.

Conta alta

Dois anos após ter sido criada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) conseguiu cobrar apenas R\$ 90 milhões dos RS 130 milhões que as operadoras de planos de saúde devem ao Sistema Único de Saúde. Do valor cobrado, apenas R\$ 15 milhões foram efetivamente pagos, R\$ 10 milhões encontram-se dentro do prazo para pagamento, outros R\$ 6 milhões estão bloqueados por liminares obtidas na Justiça e os restantes R\$ 59 milhões ainda encontram-se pendentes.

Em dois anos de atividades, a ANS identificou 270 mil atendimentos que deveriam ser ressarcidos pelas operadoras de saúde. Deste total, dois terços foram impugnados pelas empresas, sob alegação de coberturas não previstas em contratos que foram celebrados antes da regulamentação dos planos de saúde.

A ANS também vem enfrentando dificuldades para o recebimento de multas aplicadas às empresas de saúde. De um total de 176, apenas seis multas, resultando na quantia de R\$ 140 mil, foram pagas. Outros R\$ 642 mil continuam pendentes, sendo que existem ainda 129 processos em fase de recursos que, se contabilizados, somam cerca de R\$ 3,5 milhões. A maioria delas se refere a reajustes não autorizados e à negativa de cobertura de atendimento médico/clínico.

Registros suspensos

Uma publicação no Diário Oficial da União, no início de abril, foi a última chamada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para que 109 operadoras de saúde em atividade no país não tenham seus registros cancelados. A publicação no DOU ofereceu às operadoras prazo de um mês para prestar os esclarecimentos que não apresentaram em dois anos, e a primeira consequência, caso não cumpram a determinação, será a proibição da venda de novos planos. A cassação do registro, no entanto, mantém a obrigação das empresas em continuar atendendo seus usuários.

Proposta rejeitada

A sugestão do presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, propondo a oferta de planos mais acessíveis à população, e com isso o fim da obrigatoriedade da cobertura integral, foi criticada pela Associação Médica Brasileira.

Por entender que a cobertura integral é essencial para que os usuários sejam atendidos em todas as necessidades, a AMB divulgou nota à imprensa condenando a proposta do presidente da Abramge. No comunicado, a entidade critica o sistema, pois “lamentavelmente certas operadoras continuam tratando a saúde única e exclusivamente como fonte de lucro, e repudia a ganância que leva os empresários a buscar o lucro fácil em detrimento da saúde dos brasileiros”.

“Os empresários que resolvem ganhar dinheiro com a saúde têm de ter respeito com a vida da população”, acrescenta Eleuses Paiva, presidente da AMB.

A proposta da Abramge também foi criticada em editorial (“Relação de confiança”) publicado no jornal O Estado de S. Paulo, na edição de 14 de abril. Segundo o artigo, “os planos de saúde insistem em modificar uma lei que está em vigor, depois de ter sido longamente discutida, em detrimento dos mais elementares direitos dos consumidores de serviços médicos. Em uma época em que tanto se fala em responsabilidade social, a campanha da Abramge causa estranheza”. E finaliza destacando: “A frequência com que os planos de saúde tentam modificar a lei a seu favor, para abandonar seus clientes quando eles mais precisam – por velhice ou doença prolongada – destrói a confiança no sistema privado de atendimento. E confiança é a base de qualquer tipo de relação de consumo, principalmente quando envolve saúde”.

Política de honorários

Deve ser estabelecida uma política de reajustes transparente e adequada em relação aos honorários pagos pelas operadoras aos médicos. Ultimamente tem sido atribuído principalmente aos médicos o aumento dos custos das operadoras. Na verdade, foram comprovados vários casos de operadoras que diminuíram o valor dos honorários praticados. Por isso, ressalta-se a importância da transparência na definição do valor dos honorários médicos em comparação a outros itens como incorporação de tecnologia, custo hospitalar, entre outros.

Descredenciamento

O descredenciamento unilateral, sem justa causa, como vem sendo praticado pelas operadoras, desrespeita o médico e prejudica o paciente. As entidades médicas entendem que o descredenciamento somente deve ocorrer após a caracterização de fraudes documentadas, que devem ser comunicadas à ANS e ao Conselho Regional de Medicina visando, inclusive, o processo ético e disciplinar.

Pelo lado profissional, quando o desligamento for voluntário, o médico deve comunicar à operadora de plano de saúde com antecedência e ao paciente, tendo obrigação com este de entregar todos os dados clínicos em seu poder para que ele possa continuar seu tratamento com outro profissional.

Glosas

Ultimamente, as operadoras têm utilizado a glosa como forma de ajuste monetário, equilibrando suas finanças. Não justificam aos profissionais de saúde e também impedem qualquer tipo de contestação. Pretende-se que a ANS regule e arbitre essa relação, obrigando as operadoras a comunicarem o motivo da glosa e criar mecanismos para que o médico tenha o direito de contestar.

Managed Care

A proibição da prática do sistema Managed Care no país, por entender que se trata de um mecanismo anti-ético e lesivo ao usuário, é outro ponto colocado pelas entidades médicas a ser regulamentado.

Livre-escolha

As entidades médicas entendem que a livre escolha dos médicos pelos usuários e pacientes fortalece a relação médico-paciente e defendem sua regulamentação. Para isso, consideram essencial a liberdade do usuário buscar qualquer profissional e a obrigatoriedade de reembolso por parte das operadoras das despesas com honorários médicos, seguindo, obviamente, os limites do contrato assinado entre as partes.

Autonomia médica

Restrição de exames e tratamentos, fixação de prazos mínimos entre consultas, dentre outras medidas coercitivas atualmente utilizadas pelas operadoras de planos de saúde, interferindo na autonomia profissional e prejudicando os usuários, também merecerão discussão. A adoção das Diretrizes para Condutas Médicas, elaboradas pela AMB/CFM, serviriam como parâmetro para a prática médica nessa relação.



Ind. e Com. de Produtos Gelatinosos Ltda.

ULTRAGEL (para contato em ultra sonografia e Sonar Doppler)

ELETRCARDIOGEL (para eletrocardiografia e miografias)

FISIOGEL (para fisioterapia)

OSTEOGEL (para osteossinometria)

Rua Cap. Avelino Carneiro, 129 - 03603-010 - São Paulo - SP

Fones (11) 6646-4142 / 6646-4102 - Fax (11) 6647-2399

GRUPO DE ONCOLOGIA PEDIÁTRICA



Prof. Dr. A. Sergio Petrilli

CRM 16.434

Drª Eliana M. Caran

CRM 39.137

Drª Nasjla S. Silva

CRM 42.988

Dr. Flávio Augusto Luisi

CRM 46.240

Drª Maria Lúcia Lee

CRM 60.209

**DIAGNÓSTICO
E TRATAMENTO
DAS LEUCEMIAS,
LINFOMAS
E TUMORES
SÓLIDOS DA
CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

AV. REPÚBLICA DO LÍBANO, 264 - IBIRAPUERA
SP - CEP 04502-000 - Tel.: (11) 3889-9266

Classificação Hierarquizada

Todas as Sociedades de Especialidade já analisaram a hierarquização pontuada dos procedimentos médicos relativos à sua especialidade, após a elaboração do ranking efetuado pela Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. Também foram realizadas correções de possíveis distorções existentes, e agora o próximo passo é analisar o trabalho no conjunto, ou seja, os procedimentos de todas as áreas.

Este é estágio atual da Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos AMB/CFM. De acordo com Amilcar Martins Giron, coordenador dos trabalhos e 1º secretário da AMB, o projeto caminha agora para sua última etapa.

“Na próxima fase, a AMB também estará à disposição para sediar reuniões entre as Especialidades e a Fipe para que sejam feitos os ajustes finais”, afirma, acrescentando que a forma final deverá ser feita sem pressa e com cautela.

Segundo ele, após a aprovação das Especialidades, a Classificação Hierarquizada será apresentada às operadoras de planos e seguros de saúde que acompanham o trabalho em desenvolvimento como Unimed, Ciefas, Abraspe e Abramge, antes da publicação e do estabelecimento de estratégias de implantação.

“Este novo trabalho é bem mais complexo que a tabela de 1992 pelo acréscimo de novos procedimentos e com a diferença que agora o ato médico está hierarquizado”, explicou. “Desde o início, nunca apresentamos a intenção de sugerir preços, mas apenas valores relativos que demonstrarão a complexidade de cada procedimento. É preciso ainda discutir o valor da consulta e a estrutura final de apresentação da Hierarquização, que ainda não foram definidos”, completou.

A idéia de elaborar uma Lista de Procedimentos Médicos tecnicamente correta, equânime, com assessoramento de instituições econômicas experientes e com a chancela da AMB e do CFM e com ênfase para o ato médico, surgiu em março de 2000, durante Planejamento Estratégico da AMB. A partir daí, foi instalada a Comissão de Metodologia, que é o grupo formado por representantes da AMB, CFM, Fipe e 13 Sociedades de Especialidade. A Comissão Nacional de Honorários Médicos também passou a integrar o trabalho, porém com atuação estritamente técnica.

O projeto foi desenvolvido em três etapas:



Amilcar Giron: Classificação Hierarquizada na reta final

na primeira, a Fipe classificou e hierarquizou os valores dos honorários médicos; na segunda, foram valorados SADT e na terceira elaborado um levantamento entre três mil profissionais sobre o valor da consulta médica. Em relação aos honorários, foram promovidas reuniões com todas as Especialidades a fim de classificar os procedimentos. Para a hierarquização dos custos envolvendo SADT, foram considerados os custos fixos, de equipamento e pessoal técnico e também de insumos. Após o confronto dos itens entre as áreas clínica, cirúrgica e de SADT, concluiu-se que no ato médico o tempo é o fator mais importante, porém os demais atributos, como qualificação do profissional, complexidade, insalubridade, etc, também foram levados em consideração.

CETRUS

Ação contra o tabagismo conta com apoio da AMB

Quatro milhões de pessoas morrem anualmente em virtude do tabaco. No Brasil há mais de 30 milhões de tabagistas, dos quais 80 mil a 100 mil falecem por ano devido a doenças relacionadas ao fumo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) qualifica o tabaco como a maior causa evitável de doenças e morte. O tabagismo causa mais óbitos que somados todos os acidentes de trânsito, de trabalho, suicídios, drogas ilícitas, alcoolismo e Aids.

Preocupada com estes dados, a OMS, através da sua Convenção Quadro de Controle Global Mundial do Tabaco, criou o Programa de Aconselhamento Mínimo aos Fumantes. Já aderiram ao Programa 192 países, inclusive o Brasil, além de mais de 200 ONGs. A Associação Médica Brasileira também apóia a iniciativa, e por meio da Comissão de Combate ao Tabagismo irá cooperar na implantação e implementação do Programa, com o objetivo de reduzir o número de fumantes no País.

O método aconselhado pelo programa, a ser utilizado pelos médicos, prevê o procedimento chamado ‘aconselhamento mínimo’. A proposta é que os médicos orientem os pacientes fumantes sobre os malefícios do tabaco. “Dispendendo cerca de 3 a 5 minutos durante a consulta, os médicos podem auxiliar e informar os pacientes do mal que

a nicotina causa. Com isso, podemos atingir altos índices de desistência, já que estes profissionais são capacitados e possuem credibilidade e poder de persuasão perante os pacientes”, explicou o secretário da Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB, Antonio Pedro Mirra.

Em países como Inglaterra, Canadá e Estados Unidos a implantação deste programa apresentou ótimos resultados. Dados do Conselho Britânico de Pesquisas Médicas mostram que cerca de 5% de fumantes abandonaram o vício. O National Cancer Institute dos Estados Unidos registrou em média 15% de desistência ao cigarro e no Canadá a experiência de um ano mostrou que um milhão de fumantes largaram o vício.

Segundo estimativas da Associação Médica Brasileira, há no Brasil em torno de 250 mil médicos em atividade. Se, em uma primeira etapa, aderirem apenas 20% dos médicos (50 mil), e se em média cada um conseguir anualmente 10 abandonos de tabaco, serão 500 mil que abandonarão o vício. “Portanto, é de grande valia motivar a classe médica a se integrar nesse programa. A AMB está confiante de que toda a categoria se empenhará na sua execução, dada o seu alto padrão de responsabilidade científica e dedicação à saúde da comunidade”, comenta o presidente da Comissão, José Rosemberg.



Fotos: AMB

Reunião da Comissão Técnica com as Especialidades: trabalho contemporizará 60 novas diretrizes

Diretrizes em nova etapa

Comissão Técnica trabalha na elaboração de 60 novas diretrizes para cumprir acordo com Ministério da Saúde

A Comissão Técnica responsável pela organização das Diretrizes de Condutas Médicas esteve reunida em meados de abril, na sede da Associação Médica Brasileira, com representantes das Sociedades de Especialidade. O objetivo é dar andamento à segunda fase do projeto, lançado oficialmente em outubro do ano passado e que já conta com 40 diretrizes prontas.

Nesta nova etapa, visando cumprir um acordo assinado com o Ministério da Saúde, a AMB deve preparar 60 novas diretrizes, que somadas as 40 já finalizadas, completarão o número de 100, contemplando a quantidade acordada no convênio com MS. A Comissão espera finalizar essa segunda fase até o final do mês de agosto.

“De certa forma, podemos afirmar que estamos adiantados, pois das 60 diretrizes que temos de concluir, 15 já estão em anda-

mento”, conta Wanderley Marques Bernardo, um dos responsáveis pela Comissão Técnica.

Na reunião com as Especialidades, a Comissão apresentou um histórico do trabalho já realizado e do que se pretende para cumprir o acordo com o MS. Foram oferecidos em detalhes subsídios às Sociedades sobre a melhor metodologia para a elaboração de uma diretriz, abrangendo desde a escolha dos seus autores até fontes de pesquisa. Uma novidade nesta etapa é que a diretriz poderá abordar a relação custo/efetividade. “A Sociedade de Especialidade terá liberdade para, caso ache conveniente, abordar essa questão”, salienta Wanderley Bernardo.

“A Associação Médica Brasileira está apostando muito neste projeto, pois entende que é um trabalho de grande relevância social e que seguramente refletirá na qualidade de vida da população. Por outro lado, esperamos criar uma

nova relação entre médicos, fontes pagadoras, instituições e pacientes”, comentou Raul Cutait, coordenador do projeto. “Outro fator muito importante é que essas diretrizes serão normativas para o Sistema Único de Saúde”, acrescentou.

Em relação as 40 diretrizes inicialmente finalizadas, o trabalho terá um número limitado na versão impressa. De acordo com Moacyr Cuce Nobre, também integrante da Comissão Técnica, o volume maior será distribuído de maneira informatizada. “Preferimos disponibilizá-los no formato eletrônico, na forma de CD-ROM e via internet, em virtude do custo e também pela facilidade e agilidade de atualização”, afirmou. “Nosso objetivo principal com esse trabalho é auxiliar o médico no momento de tomar uma decisão clínica. Nada substitui, no entanto, sua autonomia profissional frente ao paciente”, finaliza Moacyr Nobre.



PROGRAMA ALIVIADOR – Foi realizada na sede da AMB, dia 10 de abril, palestra do Programa Nacional de Educação Continuada em Dor e Cuidados Paliativos - o Aliviador. Entre os participantes estavam Marilda Duarte, presidente da ONG Aliviador; Cibele de Matos Pimenta, coordenadora executiva do Programa; João Figueiró, representante da AMB no projeto e Rosângela Borges Reina André, conselheira do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo. O encontro faz parte da Caravana do Aliviador, que percorrerá 50 grandes cidades e capitais brasileiras até setembro para oferecer gratuitamente esclarecimentos sobre a dor. O objetivo é alterar a abordagem de como a dor é tratada pelos profissionais da saúde no País e melhorar o atendimento da população que, por sua vez, não tem conhecimento de que pode e deve buscar tratamento adequado.



REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL – Reunido no dia 19 de abril, o Conselho Fiscal apreciou e aprovou por unanimidade a prestação de contas relativa ao período de 1/10/2001 a 31/03/2002 da entidade, além do relatório das atividades da Diretoria Executiva, o balanço patrimonial e o relatório da auditoria da Boucinhas & Campos Auditores Independentes. Na oportunidade, o Conselho Fiscal sugeriu também que o relatório das atividades da diretoria seja publicado de forma resumida no Jornal da AMB (Jamb) e no Jornal do CFM (Medicina).

OSTEOPOROSE

A Associação Médica Brasileira esclarece a classe médica que o Consenso Brasileiro de Osteoporose 2002, distribuído em consultórios médicos por representantes de laboratório farmacêutico, não faz parte do projeto Diretrizes-AMB/CFM. A diretriz sobre osteoporose será elaborada e divulgada em data oportuna.

PRADO
DIAGNOSTICOS EM MEDICINA

Ultra-sonografia Geral
Doppler Colorido
Ecocardiografia
Ultra-som 3D

Unidade Centro:
Rua 22 nº 466 St. Costa
Fones: 215 3053 Goiânia - Go

Unidade Moura:
Al. Eugênio Jardim, 330 St. Nairina
Fones: 281 1882 Goiânia - Go

Home-page: www.pradodiagnosticos.com.br

Curso teórico-prático avançado em Color-Doppler-Vascular

- Color Doppler Vascular Geral
- Color Doppler Venoso dos Membros Inferiores

Direção:
Dr. Charles Esteves Pereira
Habilitação em Eco-Color-Doppler Vascular pela SBACV-CBR

Maiores informações fone: (62) 215-3053

IBRAPE
INSTITUTO BRASILEIRO DE PLASTICA E ENFERMAGEM

ESTÉTICA MÉDICA

CURSO TEÓRICO PRÁTICO

Implantes faciais, peelings,
Toxina Botulínica,
Eletromedicina
e demais técnicas em estética.

1 FINAL DE SEMANA/MÊS
direção: Dr. Adolfo Carlucci

fone: (11) 3887-5451
fax: (11) 3889-0871

Livros



Neuropsiquiatria Geriátrica
Orestes Vicente Forlenza,
Paulo Caramelli
Editora Atheneu

Com uma equipe composta por 78 colaboradores de diversos países, o livro apresenta uma abordagem interdisciplinar dos distúrbios neurológicos e psiquiátricos que acometem o idoso, submetidos ao inexorável processo de envelhecimento.



Amor e Hepatite Viral
Karin Schmidt Rodrigues
Massaro
Legnar Informática &
Editora

Composto por crônicas, poesias e relatos, o livro revela os altos e baixos do universo feminino. O nome da obra é uma referência a principal poesia da autora que compara o amor a uma hepatite viral: forte, febril e por vezes, quase terminal.



A educação profissional em saúde e realidade social
Bertoldo Kruse
Grande de Arruda
Instituto Materno Infantil
de Pernambuco

O livro, que é dividido em 20 capítulos e conta com a participação de 28 colaboradores, é um convite ao debate e à reflexão sobre as possibilidades da realização de reformas no atual modelo de ensino médico e no sistema de saúde brasileiro.



A face literária da pneumologia gaúcha
Bruno Carlos Palombini;
Nelson da Silva Porto,
José J. Camargo e Eduardo
Garcia.
Editora Revinter

A obra, que apresenta a produção literária dos pneumologistas do sul do Brasil, tem o objetivo de aquecer a memória literária da medicina e da própria história do Rio Grande do Sul.



Manual Prático de Endourologia
Anuar Ibrahim Mitre, José
Luis Chambô, Sami Arap
Editora Sarvier

Os autores abordam, de forma cuidadosa, aspectos gerais dos procedimentos endourológicos e ureteroscópicos e percutâneos renais e uretais.



Espelho d'Alma
Elizabeth Costa da Silva
Editora Minerva Press

A autora faz uma análise dos planetas através das Casas Astrológicas, proporcionando o contato com emoções profundas e a busca das promessas oferecidas pela Homeopatia.



Doenças do Fígado e Vias Biliares
Luiz Carlos da Costa
Gayotto e Venancio
Avancini Ferreira Alves
Editora Atheneu

Apresenta conceitos atualizados sobre aspectos clínicos, virológicos, imunológicos, metabólicos e anatomopatológicos de temas centrais como hepatites virais, doenças congênitas e da infância, condições sistêmicas e neoplasia do fígado e vias biliares, com destaque para o transplante hepático.

Clínica Médica

A Sociedade Brasileira de Clínica Médica /Regional RJ realizará o III Congresso de Clínica Médica do Estado do Rio de Janeiro no período de 26 a 29 de maio, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Na programação estão inseridos outros dois eventos: o I Congresso de Medicina de Urgência e o I Fórum Nacional Sobre a Dengue, que será presidido pelo Diretor de Defesa Profissional da AMB, Eduardo da Silva Vaz.

A abertura do III Congresso de

Clínica Médica será no dia 27, às 8h30 pelo presidente de honra, o médico Sérgio Augusto Pereira Novis, que vai ministrar sobre Demência. No mesmo dia, Paulo Niemayer Filho fará uma conferência sobre um Diagnóstico e Tratamento do Aneurisma Cerebral. O presidente da mesa será o prefeito de Campos, o médico Arnaldo França Vianna. Outras informações podem ser obtidas na Sociedade Brasileira de Clínica Médica-RJ: (22) 2723-9243 / 2734-6880 ou pelo site www.sbcm-rj.org.br

Febrasgo

A Febrasgo – Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria está realizando junto aos seus associados uma pesquisa visando avaliar a relação entre seus profissionais e os planos de saúde. A entidade encaminhou a todos os sócios um formulário contendo 9 perguntas, buscando a opinião de cada um. Dentre elas, a pesquisa irá relacionar as três empresas que mais interferem na autonomia médico/paciente; as que mais glosam procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos; as que reduziram o valor de honorários; as que pagam os piores honorários, além das empresas que mais apresentam procedimentos burocráticos na prestação de serviços, tanto para os médicos como para pacientes. A pesquisa também irá mapear em porcentagem o universo do atendimento desses profissionais: particulares, cooperativas, medicina de grupo, auto-gestão ou seguradoras.

Radiologia

O Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR) lançou nacionalmente a Campanha de Valorização e Reconhecimento dos Especialistas. O objetivo é conscientizar a população da importância em ser atendida por um médico especialista. Faz parte da campanha a distribuição de cartazes ilustrados com várias situações abordando a especialidade médica. Com isso, além da valorização do Título de Especialista, o CBR pretende a conscientização permanente da população no sentido de que o melhor atendimento é aquele obtido com os médicos de melhor formação profissional.

Urologia

A Sociedade Brasileira de Urologia distribuiu nota de esclarecimento público sobre notícias de procedimentos de aumento peniano que estão sendo veiculadas na mídia. Segundo a SBU, “as técnicas de aumento ou alongamento peniano têm sido amplamente discutidas em diversos eventos científicos patrocinados pela Sociedade, não existindo, até o momento, confirmação científica que justifique qualquer tipo de atuação cirúrgica ou instrumental visando aumentar o tamanho do pênis”.

PROVAS DE TÍTULO DE ESPECIALISTA

Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista/ Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista Pediátrica - 11 de julho – Inf. (11) 3849.5034

Anestesiologia e Tratamento da Dor – data a ser definida - Inf. (21) 2537.8100.

Acupuntura – 25 de maio (prova escrita) e 26 de maio (prática) Inf. (11) 3884.3700 ou (51) 3315.0149.

Urologia – 23 de outubro – Inf. (21) 2246.4092/4265/4194

Homeopatia – 20 de outubro – Inf. (82) 326.5851

Endocrinologia/ Endocrinologia Pediátrica – Agosto/Setembro - Inf. (21) 2507.5189

Pneumologia e Tisiologia – 20 de outubro – Inf. (61) 245.6218/ 245.1030

Homeopatia – Proficiência – Inf. (82) 326.5851

Cirurgia Torácica – 16 de outubro – Inf. (61) 245.6218

Citopatologia – 27 de julho – Inf. (21) 255.7502/256.8963

Patologia – 29 e 30 de novembro – Inf. (11) 5571.5298

Cardiologia – 20 de setembro – Inf. (21) 2537.8488

Reumatologia – 15 de Setembro – Inf. (11) 3266.3986

CURTAS

✓ Já se encontra online, com acesso gratuito, o Medwebguia (www.medwebguia.com.br), guia de sites médicos em língua portuguesa. Além de curso de internet médica, é possível encontrar no site links para publicações, instituições, educação médica, etc.

✓ A Sociedade Paulista de Reumatologia realiza, de 6 a 8 de junho, em São Paulo, o VIII Encontro de Reumatologia Avançada. Inf. (11) 3284.0507.

✓ O III Curso Continuação de Videocirurgia da Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp – acontece de 19 a 21 de junho. Inf. (14) 6921.4921.

✓ Acontecem, de 29 de novembro a 2 de dezembro, no Rio de Janeiro, o 2º Congresso Mundial da Federação Internacional das Sociedades Oncológicas de Cabeça e Pescoço e 8º Congresso Internacional de Câncer Oral. Inf. (21) 2286.2846.

✓ A Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia realiza, de 9 a 13 de Novembro, em Natal-RN, o XXIX Congresso Brasileiro e X Congresso Luso-Brasileiro de Alergia e Imunopatologia. Inf. (11) 5575.6888/1204.

✓ O III Congresso Latino-Americano de Neurofisiologia Clínica e a IX Jornada Brasileira será realizado entre os dias 11 e 14 de setembro, em Porto Seguro, BA. Inf. (31) 3261.9540.

✓ A Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia realizará o 34º Congresso da SBOT, nos dias 30 de outubro a 1 de novembro, em São Paulo, SP. No dia 2 será realizado o I Congresso Brasileiro de Pesquisa Básica em Ortopedia e Traumatologia. Inf. (11)3168.1149.

✓ De 15 a 18 de agosto acontecerá o III International Congress of Oncology and Immune – Biomodulation/2002, promovido pela Sociedade Brasileira de Cancerologia. Inf. (71) 240.4868.

✓ A Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão promoverá o XXIII Congresso da especialidade de 19 a 21 de junho, em São Paulo, SP. Inf. (11) 3168.3538.

✓ O XVII Congresso de Ginecologia e Obstetria do Brasil Central e a XXXV Jornada de Ginecologia e Obstetria de Brasília, serão realizados entre os dias 9 e 12 de outubro, em Brasília, DF. Inf. (61) 245.3681

✓ Cuiabá será sede do IV Congresso Brasileiro Integrado de Pediatria Ambulatorial, Saúde Escolar e Cuidados Primários e I Congresso Matogrossense de Enfermagem Pediátrica, entre os dias 12 e 16 de junho. Inf. (65) 623.4709.

✓ O V Congresso da Associação Centro-Oeste de Oftalmologia acontecerá de 20 a 23 de junho, na Pousada do Rio Quente Resorts, em Rio Quente, GO. Inf. (62) 224.3737.

✓ O Colégio Brasileiro e a Sociedade Paraense de Radiologia realizam, de 15 a 18 de agosto, em Belém, no Pará, a XV Jornada Norte-Nordeste de Radiologia. Inf. (91) 212.0795.

✓ O I Encontro Brasileiro de Entidades Filantrópicas em Câncer de Mama, promovido pela Fundação Maria Carvalho Santos, será realizado de 13 a 14 de agosto de 2002 na cidade de Teresina. Inf. (86) 221 89 44

✓ A IV Jornada Nordeste de Mastologia e o I Encontro Meio-Norte de Mastologia, promoção da Sociedade Brasileira de Mastologia e Escola Brasileira de Mastologia, acontecem de 14 a 16 de agosto de 2002. Inf: (86) 223.7132

✓ O VII Congresso Brasileiro de Nutrologia e I Simpósio Interdisciplinar de Apoio Nutricional acontecerão de 5 a 7 de dezembro, no Othon Palace Hotel, em Salvador - BA. Inf. (17) 523. 9732 e 523 3645.

Associação Médica Brasileira

NOTA PÚBLICA

Referente Processo Administrativo nº 08000.007201/97-09: “Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e notas eletrônicas, acordam o Presidente e os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, por unanimidade, conhecer do recurso de ofício, para decidir pela configuração da infração prevista no artigo 20, IV c/c artigo 21, II da Lei nº 8.884/94, caracterizando a prática de promover a uniformização de conduta comercial entre seus filiados através da elaboração e divulgação da Lista de Procedimentos Médicos, como lesiva à ordem econômica, determinando à Representada: (a) a cessação das práticas objeto da presente Representação; (b) o pagamento de multa no valor de R\$ 12.768,00; (c) a publicação de Nota Pública contendo o inteiro teor desta decisão nos dois jornais de maior circulação nacional, nos termos do art. 24 da Lei 8.884/94; (d) a comunicação aos profissionais a elas associados e as suas entidades filiadas, associadas e conveniadas, o inteiro teor da decisão do CADE; (e) demonstração ao CADE do cumprimento das deliberações acima, dentro de 30 dias, a contar da publicação da decisão no Diário Oficial da União. Determinando ainda o pagamento de multa diária de R\$ 10.640,00 pelo descumprimento do inteiro teor desta decisão pelas Representadas. Participaram do julgamento o Presidente João Grandino Rodas e os Conselheiros Thonpson Andrade, Celso Campilongo, Afonso Arinos de Mello Franco Neto, Roberto Augusto Castellanos Pfeifeer e Ronaldo Porto Macedo Júnior. Presente o Procurador-Geral Fernando de Magalhães Furlan. Brasília, 28 de novembro de 2001 (data do julgamento).”

São Paulo, 06 de maio de 2002

Dr. Eleuses Vieira de Paiva
Presidente

AGENDA DA DIRETORIA

Fevereiro

- 1 Solenidade de posse da diretoria do Colégio Brasileiro de Cirurgiões – Capítulo São Paulo – São Paulo – Eleuses Paiva
Reunião CNHM
- 5 Reunião da Diretoria Executiva – Rio de Janeiro
Homenagem aos 90 anos da Sociedade Brasileira de Dermatologia – Rio de Janeiro – Eleuses Paiva
- 7 Reunião com vereador Gilberto Natalini – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com a Assoc. Méd. Intensiva Brasileira – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Agência Nacional de Saúde Suplementar – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Soc. Bras. de Neurofisiologia Clínica – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Soc. Bras. de Cabeça e Pescoço – São Paulo – Eleuses Paiva
- 16 Participação no evento 'Bem-vindo ao Jovem Dermatologista' – SP – Amílcar Martins
- 19 Reunião da Diretoria Executiva
Reunião com a Soc. Bras. de Medicina Geral Comunitária – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Soc. Bras. de Citopatologia – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Sociedade de Medicina de Campinas – Eleuses Paiva
- 20 Reunião com Soc. Bras. de Otorrinolaringologia – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Associação Médica Intensiva Brasileira – AMB – Eleuses Paiva, Aldemir Soares e Fábio Jatene
Reunião sobre Educação Médica Continuada – AMB – Eleuses Paiva, Lincoln Freire, Fábio Jatene e Ricardo Bessa
Reunião com a FIPE – AMB – Eleuses Paiva, Aldemir Soares e Amílcar Martins
- 21 Cerimônia de posse do Ministro da Saúde Barjas Negri – Brasília – Eleuses Paiva
- 22 XXIX Encontro dos Conselhos Regionais de Medicina Região Nordeste e I Encontro dos Corregedores dos Conselhos de Medicina Região Nordeste – João Pessoa – Eleuses Paiva
Reunião com a Diretoria da Assoc. Méd. de Santos – Santos – Eleuses Paiva
- 26 Entrevista Coletiva à Imprensa – AMB – Eleuses Paiva, Lincoln Freire, Edson Andrade
Reunião da Diretoria Executiva
- 27 Reunião com Ministério da Saúde e Cremesp – AMB – Eleuses Paiva, Fábio Jatene, Wanderley Marques Bernardo e Moacyr Cuce Nobre
Reunião do Conselho Científico
- 28 25º Reunião da Câmara de Saúde Suplementar – Brasília – Samir Bitar

Março

- 1 Mini-Fórum da Soc. Bras. de Otorrinolaringologia – AMB – Eleuses Paiva
Aula Inaugural na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – São José do Rio Preto – Eleuses Paiva
- 4 Reunião com Abraspe – AMB – Eleuses Paiva
- 5 Reunião da Diretoria Executiva
- 6 Reunião com Associação Paulista de Medicina – APM – Eleuses Paiva
- 7 Assembléia Geral de Comemoração do 107º aniversário da Associação Paulista de Medicina – APM – Eleuses Paiva
- 8 Reunião com Diretoria da Assoc. Paulista de Medicina – APM – Eleuses Paiva
- 12 Reunião da Diretoria Executiva
Reunião com Governador do Est. de SP, Geraldo Alckmin – SP – Eleuses Paiva
- 13 Reunião com Soc. Bras. de Endoscopia Digestiva – AMB – Eleuses Paiva
Encontro do Conselhos Regionais de Medicina – Vitória – Eleuses Paiva
- 13 Encontro dos Conselhos Regionais de Medicina – Vitória – Eleuses Paiva
- 14 Reunião na Assoc. Médica do Espírito Santo – Ronaldo da Rocha Loures Bueno
- 18 Participação no 'Encontro sobre a Mobilidade' – São Paulo – Eleuses Paiva
Reunião do Conselho Científico
- 19 Reunião da Diretoria Executiva
Debate no Jornal Folha de SP – Hosp. Filantrópicos São Paulo – Eleuses Paiva
- 21 Reunião com Hospital Sirio Libanês – São Paulo – Eleuses Paiva
Participação no Reamed – XVIII Congresso Brasileiro de Medicina Física e Reabilitação – São Paulo – Eleuses Paiva
Reunião do Clube Médico – Minas Gerais
- 22 Reunião do Conselho Deliberativo – Minas Gerais
- 23 Reunião da Diretoria Plena – Minas Gerais
- 26 Reunião da Diretoria Executiva
- 27 Reunião com Col. Bras. de Cirurgiões – São José do Rio Preto – Eleuses Paiva
Reunião com Agência Nacional de Saúde Suplementar – RJ – Eleuses Paiva

Abril

- 1 Reunião do Conselho Científico
- 3 Reunião da Cinaem – Brasília – Eleuses Paiva
Reunião com Soc. Bras. de Ortopedia e Traumatologia – AMB – Eleuses Paiva e Samir Bittar
- 6 XXIX Congresso Nacional de Cirurgia Cardíaca – Natal – Paulo Davim
- 9 Reunião da Diretoria Executiva – Brasília
Reunião de Audiência Pública Pública 'Esclarecimentos sobre a Reforma do Ensino de Medicina no País' – Brasília – Elias Fernando Miziara
VII Congresso Internacional de Catarata e Cirurgia Refrativa – SP – Eleuses Paiva
- 10 Reunião da Diretoria Executiva. Participação da Anvisa – Brasília
Solenidade de Posse da Diretoria do CFM
- 11 Participação na solenidade de abertura do XXIII Congresso da Sociedade de Cardiologia – Campos de Jordão – Fábio Jatene
- 12 I Fórum Jurídico Ciefas – Brasília – Samir Bittar
- 13 XXIII Congresso da Soc. de Cardiologia – Campos de Jordão – Eleuses Paiva
- 16 Reunião da Diretoria Executiva
Reunião com a Sociedade Brasileira de Hansenologia – AMB – Eleuses Paiva
Assinatura da Portaria de Expansão do Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde – Brasília – Elias Fernando Miziara
Sessão Plenária do Cremesp – S. Paulo – Eleuses Paiva
- 17 Reunião com Anvisa – Brasília – Eleuses Paiva
Fórum Regional – Novas Escolas de Medicina – Curitiba – Eleuses Paiva e Ronaldo da Rocha Loures Bueno
- 18 Reunião com Agência Nacional de Saúde Suplementar – RJ – Eleuses Paiva
Reunião com a Soc. Bras. de Endoscopia Digestiva – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com a Soc. Bras. de Ortopedia e Traumatologia – AMB – Eleuses Paiva
- 20 Fórum Regional – Novas Esc. de Med. – Belo Horizonte – Ronaldo da Rocha Loures Bueno
- 23 Reunião da Diretoria Executiva
- 24 Fórum Regional – Novas Escolas de Medicina – Belém – Ronaldo da Rocha Loures Bueno, Samir Bittar e Elias Fernando Miziara
- 25 II Seminário Internacional de Responsabilidade Médica (Unimeds) – SP – Eduardo Vaz
XV Congresso da Assoc. Catarinense de Medicina – Florianópolis – Eleuses Paiva
- 26 XXVII Jornada de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro – RJ – Eduardo Vaz
Reunião com Col. Bras. de Radiologia – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Sociedade Brasileira de Neurocirurgia – S. Paulo – Eleuses Paiva
Fórum Regional – Novas Esc. de Med. – Salvador – Ronaldo da Rocha Loures Bueno
- 27 Solenidade de Abertura do JPR'2002 – 32ª Jornada Paulista de Radiologia – SP – Eleuses Paiva
- 28 XIV Congresso Brasileiro de Ecocardiografia – R. Janeiro – Eduardo Vaz

Congresso de Política Médica

A Associação Médica Brasileira e a Associação Paulista de Medicina promoverão, de 13 a 15 de junho, no Hotel Renaissance, em São Paulo, o II Congresso Brasileiro e III Congresso Paulista de Política Médica. No evento serão abordadas questões referentes às áreas de Medicina Privada e Saúde Pública, tais como direito econômico e do consumidor, exercício profissional da medicina, associativismo, financiamento da saúde pública, gerenciamento de assistência pública, entre outros.

A novidade nos Congressos deste ano é a inclusão do Fórum sobre ensino médico, que abordará o tema "Escolas Médicas: necessidade ou oportunismo". Será o último evento de uma série de cinco que a AMB promoveu no sentido de buscar sugestões para o ensino médico de qualidade.

"Neste fórum, pretendemos reunir todas as propostas apresentadas nos eventos regionais e condensá-las num documento único a ser entregue aos nossos parlamentares, oferecendo subsídios ao projeto de lei sobre ensino médico que já tramita no Congresso Nacional. É desta forma, reunindo as propostas de todos os segmentos da área médica e da sociedade, que nossas entidades esperam contribuir para a melhoria do ensino médico nacional", afirma o 2º vice-presidente da AMB, Ronaldo da Rocha Loures Bueno, e coordenador dos fóruns de escolas médicas.

Além das Federadas e Sociedades de Especialidade filiadas à AMB, serão convidados a participar do II Congresso Brasileiro e III Congresso Paulista de Política Médica o Conselho Federal e Regionais de

Medicina, Federação, Confederação e Sindicatos dos Médicos, Ministério e Secretarias da Saúde, parlamentares e órgãos de defesa do consumidor. "A participação de todos na elaboração das propostas é de fundamental importância para buscar soluções e novos rumos à assistência médica em nosso País", afirma Eleuses Vieira de Paiva, presidente da AMB. A programação completa dos eventos ainda não está definida, devendo estar finalizada ainda este mês. "Ainda estamos concluindo o conteúdo do programa do Congresso", informa Amílcar Giron, 1º Secretário da AMB e um dos coordenadores do evento. "Nossa idéia é preparar algo tão consistente quanto o último Congresso, realizado no final do ano de 2000", completa Amílcar. Inf. (11) 3188-4250 ou eventos@apm.org.br.

CNHM reunida

A Comissão Nacional de Honorários Médicos (CNHM) esteve reunida no dia 3 de maio, em São Paulo. No encontro, Mário Lavorato Rocha, diretor de defesa profissional da Sociedade Brasileira de Pediatria, apresentou uma proposta com novo enfoque de pagamento aos médicos, já aceita pela Unimed de Belo Horizonte. O objetivo é realizar o tratamento no consultório, diminuindo assim o número de internações. Para isso, o pagamento deverá ser feito além do valor da consulta, já que esta serve apenas para fazer o diagnóstico.

Além disso, Mariza Dágostinho Dias, integrante da CNHM e ex-presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira, juntamente com representantes da especialidade, apresentou uma proposta de alteração dos procedimentos da AMIB elencados na Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos AMB/CFM. Algumas consultas endereçadas à CNHM também foram respondidas.

Nova diretoria

O cirurgião Fernando Cordeiro foi empossado, em fevereiro, juntamente com a nova diretoria no comando do Capítulo de São Paulo do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

A nova diretoria eleita para o biênio 2002/2003 fica composta da seguinte forma: Vice-mestre, Paulo Roberto Corsi; 1º Secretário, Gaspar de Jesus Lopes Filho; 2º Secretário, Flávio Antônio Quilici; 1º Tesoureiro, Rodrigo Altenfelder Silva e 2º Tesoureiro, Fábio Bisceglí Jatene. A sessão solene contou com a posse de quatro membros titulares, 11 membros associados e mais 10 cirurgiões foram elevados à categoria de membros eméritos. O evento teve ainda a presença de várias autoridades da cirurgia nacional e foi encerrado com uma palestra do Prof. Adib Jatene que tratou do frenético progresso da medicina nos últimos anos.

São Paulo

O XVII Congresso da Associação Paulista de Medicina será realizado na cidade de Lins, dias 12, 13 e 14 de setembro de 2002. Vários temas de interesse geral estão previstos, tais como: re-certificação Médica, Honorários Médicos, Projeto Diretrizes (a importância dos "Guidelines" na prática médica), Ética e Bioética, Projeto Genoma. O Congresso prevê ainda a realização de painéis abordando: Política de Saúde, Saúde Pública (SUS), Sistema Suplementar (convênios), Ensino Médico e Educação Médica, Medicina Baseada em Evidências, Defesa Profissional, Economia Médica, Marketing de Consultório, Informática Médica. Mais informações: tels. (11) 3188-4248/4253 - Fax.: (11) 3188-4255 ou congresso@apm.org.br.

Bahia

A Associação Bahiana de Medicina (ABM) acaba de lançar seu Portal na Internet com o objetivo de estreitar as relações com a classe médica, em especial os associados e a comunidade em geral. Pelo endereço www.abmnet.org.br é possível encontrar, informações institucionais sobre a entidade, além de serviços e benefícios para os sócios. O site oferece também dicas e informações sobre saúde, cursos, seminários e palestras da área e links para os principais portais da área de saúde do mundo agrupados por categoria. Há ainda a seção de classificados, onde é possível encontrar ofertas de emprego e também de compra, venda e locação de algum bem. A ABM pretende também, em breve, disponibilizar em seu portal salas de discussão.

São Paulo

Desde março, a APM colocou à disposição dos seus associados todo o conteúdo científico da Conexão Médica. Durante as 24 horas do dia, os sócios da APM poderão ter acesso a programas de atualização médica, que cobrem todas as especialidades. Inicialmente, foram colocados três pontos para o acompanhamento das transmissões: na sede em São Paulo e nas cidades de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Em breve, o projeto será estendido para outras distritais do estado. A programação da Conexão Médica conta com parcerias com hospitais no Brasil, EUA, além de Sociedades de Especialidade que coordenam seus próprios programas.

Minas Gerais

A Associação Médica de Minas Gerais está colocando à disposição dos associados três novos cursos: o 1.º Curso de Formação em Tanatologia, destinado à preparação de profissionais ou estudantes das áreas de Saúde e Ciências Humanas. O curso é uma promoção da Sociedade de Tanatologia de Minas Gerais (Sotamig) e tem duração de um ano. Já a Associação Mineira de Medicina Psicossomática está promovendo mais uma edição do Curso de Formação Teórico-Clínica, destinado a médicos e a outros profissionais de saúde. O intuito é estudar as ligações entre a saúde, o adoecimento e as emoções humanas, a partir da análise de casos clínicos. O Setor de Benefícios da AMMG recebe inscrições para o Curso de Marketing de Atendimento para secretárias da área médica. O programa visa à qualificação das profissionais para o bom relacionamento com os pacientes e o gerenciamento de rotinas básicas de consultórios e clínicas. Informações pelo telefone (31) 3273 5788 ramal 222.

Sergipe

Com o objetivo de premiar trabalhos inéditos que contribuam para o conhecimento da Memória Médica de Sergipe, a Sociedade Médica de Sergipe (SOMESE) e o Museu Médico de Sergipe, realizarão o 3º Concurso de História da Medicina Sergipana. O prazo para a entrega dos trabalhos é dia 30 de agosto. Os três primeiros colocados receberão como prêmios passagens aéreas. O 1º lugar ganhará uma passagem para Paris, o 2º lugar ao Rio de Janeiro e o 3º lugar a Salvador. A premiação será realizada no dia do médico, 18 de outubro, em sessão solene. Inf.: (79) 211.6855 ou cpd@somese.com.br.

Propostas aprovadas

O Conselho Científico da AMB finalizou as discussões para elaboração do projeto de lei que visa regulamentar a qualificação do médico especialista e disciplinar o exercício de Especialidades Médicas no País. As propostas sugeridas pelas Sociedades de Especialidade foram condensadas num documento (quadro abaixo) que já foi entregue ao Ministério da Saúde como a proposta oficial da AMB e seu conjunto de Especialidades para regulamentação do assunto.

Esse trabalho é a colaboração da classe médica ao encaminhamento feito pelo Ministério da Saúde, que pretende enviar o projeto ao Congresso Nacional ainda neste semestre para votação. A preocupação em relação ao assunto e a urgência para encaminhá-lo à apreciação dos parlamentares foi motivada pelas pressões que o órgão sofreu por parte

da opinião pública, após a repercussão nacional do caso Denísio Marcelo Caron, cirurgião plástico acusado de ser responsável pela morte de cinco pacientes.

Pelo fato do assunto ser extremamente polêmico, é que para chegar ao documento final, o Conselho Científico teve que se reunir por duas vezes na sede da AMB. Na primeira, em 18 de março, após intensas discussões, foram definidos apenas os três artigos iniciais do projeto. Os restantes foram finalizados em novo encontro, que aconteceu no dia 1 de abril.

“O interesse e a ativa participação das Especialidades foram fundamentais na elaboração deste documento em tão pouco tempo”, afirmou Fábio Jatene, Diretor Científico da AMB e responsável por agrupar as propostas enviadas pelas Especialidades. “Fiquei impressionado com o comprome-

timento de todos”, salientou. “Nunca houve qualquer interesse por parte das autoridades governamentais em regulamentar este assunto”, sentenciou Mário Cardoso, representante da Sociedade Brasileira de Clínica Médica. “Esta foi a grande oportunidade para que pudéssemos nos manifestar, pois o tema sempre foi uma luta antiga das entidades médicas”, completou. “Fomos apresentados com essa incumbência, pois já estávamos atrasados em mais de 30 anos sobre esse assunto”, acrescentou Luiz Alberto Bacheschi, presidente da Academia Brasileira de Neurologia.

“Esse projeto foi um avanço e reconhece a luta de todas as Especialidades Médicas”, enfatizou Cláudio Roberto Cernea, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço.

Para o presidente da AMB, a aprovação do projeto da forma como



Conselho Científico: proposta final para regulamentar a qualificação do médico especialista e disciplinar exercício das especialidades no País

foi proposto trará benefícios à classe médica e também à população, que passará a contar com atendimento médico qualificado.

“O projeto, sem dúvida, fortalece as Especialidades e o Título de Especialista. Agora, temos um novo desafio pela frente, no qual vamos precisar novamente do auxílio do Conselho Científico. É preparar um projeto de Educação Médica

Continuada envolvendo todas as especialidades médicas”, destacou o presidente da AMB, Eleuses Paiva. “No momento, não dispomos de um projeto amplo e abrangente. Por isso, essa discussão torna-se imprescindível, pois necessariamente está atrelada às nossas propostas apresentadas no projeto de lei”, completou o Diretor Científico da AMB, Fábio Jatene.

ICN LIMBITROL

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

Regulamenta a qualificação de médico especialista e disciplina o exercício de especialidades médicas em todo o território nacional e dá outras providências.

Art. 1º – O médico para anunciar qualquer especialidade médica em todo o território nacional deverá possuir o Título de Especialista correspondente.

Parágrafo Único. O exercício da especialidade médica será normatizado pelo Conselho Federal de Medicina conjuntamente com a Associação Médica Brasileira, por meio das Sociedades de Especialidade, em resolução específica.

Art. 2º – Os Títulos de Especialistas em medicina e respectivas áreas de atuação só poderão ser concedidos pela Associação Médica Brasileira, mediante aprovação em exame específico a ser elaborado pelas Sociedades de Especialidades a ela filiadas.

Parágrafo Único. Os certificados de Residência Médica (CNRM) poderão ser reconhecidos como Título de Especialista pela AMB desde que cumpridas as exigências desta.

Art. 3º – Os Títulos de Especialistas deverão ser registrados nos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, possuindo validade em todo o território nacional.

Art. 4º – As especialidades médicas serão definidas pela Comissão Nacional de Especialidades Médicas, de caráter permanente, a ser constituída proporcionalmente por membros da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Medicina e da Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 5º – Os Títulos de Especialistas concedidos a partir da promulgação desta Lei, terão validade pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir da sua concessão.

Art. 6º – Os Títulos de Especialistas concedidos antes da promulgação desta Lei, terão validade pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir da promulgação da mesma.

Art. 7º – O titular do Título de Especialista deverá promover sua revalidação perante à AMB, devendo suas Sociedades de Especialidades garantir e definir os critérios para a revalidação dos mesmos, encaminhando-os para apreciação e aprovação da AMB.

Parágrafo Único. Havendo descontinuidade das atividades de Sociedade de Especialidade, a Associação Médica Brasileira indicará outra Sociedade de Especialidade que terá as atribuições definidas no caput deste artigo.

Art. 8º – A Associação Médica Brasileira, juntamente com as Sociedades de Especialidade a ela filiadas, poderão instituir Programas de Atualização Médica Continuada como um dos instrumentos de revalidação de Título de Especialista, a ser regulamentada nos termos desta Lei.

Parágrafo Primeiro. A AMB poderá buscar o financiamento dos seus Programas de Atualização Médica Continuada por meio de:

- contribuição anual dos seus titulados, dedutíveis do Imposto de Renda, conforme definido na regulamentação desta Lei;
- doações e contribuições de instituições de saúde privadas e filantrópicas;
- recursos orçamentários dos Estados e Municípios;
- outros, destinados a consecução dos objetivos desta Lei.

Parágrafo Segundo. O poder público, por meio dos Ministérios da Educação e da Saúde, deverão alocar recursos orçamentários destinados aos co-financiamento dos Programas de Atualização Médica Continuada.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”